

5

Título -> saúde dos trabalhadores em educação - que importância queremos dar a questão

autor -> Fernando meling Rios Filho

ano -> 2002

TEXTO 9

Contribuição do Prof. Fernando Molinos Pires Filho – Sindicalizado da ADUFRGS S. SIND.

SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – QUE IMPORTÂNCIA QUEREMOS DAR A QUESTÃO?

TEXTO APOIO

1. Como resultado da última Greve nas IFES, o movimento docente desse Setor de nosso Sindicato, articulado aos colegas docentes e servidores técnico administrativos, organizados no SINASEFE, firmaram um Acordo com o MEC onde, entre outros pontos de negociação, o mesmo comprometia-se a constituir uma mesa para discutir e encaminhar as reivindicações relacionadas às questões de assistência à saúde e vale alimentação.
2. Tal fato, a uma leitura superficial, poderia ser apontado como evidência suficiente para, por si só, responder a pergunta que encabeça este Texto. Todavia, insistimos nela, não por considerar irrelevante que ter sido a questão incluída numa pauta reconhecidamente enxuta e, posteriormente, no processo de negociação, ter sido garantida como elemento de acordo não ajude a revelar a significância do tema para os trabalhadores. O fazemos, todavia, por entender que todo o esforço que historicamente foi desenvolvido, em particular pelo nosso Sindicato, precisa ganhar capilaridade no trabalho de cada uma de nossas Seções Sindicais, construindo um movimento permanente de conscientização entre os docentes e servidores técnico administrativos de forma tal que nossas demandas nesse campo incorporem-se ao cotidiano da luta dos trabalhadores e marque as pautas locais dos movimentos.
3. Nessa perspectiva, não se pode ignorar que a questão da saúde, enquanto elemento constituinte das políticas públicas, tem ocupado papel destacado na pauta política do movimento sindical do campo da educação. Como exemplo basta lembrar o forte envolvimento que entidades sindicais, que representam categorias que atuam no espaço da educação, tiveram no processo de reforma sanitária que marcou a Constituição de 1988. Participaram elas da luta em defesa da saúde enquanto direito de cidadania e responsabilidade do Estado e contribuíram com as discussões sobre a implementação do SUS, defendendo firmemente essa posição até hoje, quer pela participação nos Conselhos de Saúde quer pela presença nas Conferências de Saúde.
4. De outra parte, por trabalhar com uma concepção estrutural de saúde em que a mesma é compreendida como expressão das contradições que os homens experimentam no exercício de seu próprio viver, em função de suas condições de vida e trabalho e não apenas como presença ou ausência de doenças, o movimento dos trabalhadores da educação tem procurado aprofundar-se na compreensão de sua determinação para, a partir desse referencial buscar identificar os espaços e as estratégias mais conseqüentes de luta para garanti-la em sua plenitude, enquanto um direito de cidadania.
5. Enquadram-se nesses esforços a intensa ocupação dos trabalhadores com as análises sobre o processo de reestruturação produtiva, identificando e denunciando os efeitos da mesma sobre a saúde dos trabalhadores, para a partir daí influenciar tanto na definição de sistemas de vigilância quanto na implantação de esquemas médicos assistenciais que privilegiem desde a prevenção até a reabilitação dos necessitados. Parte considerável desses esforços tem-se orientado, também, para a criação de leis trabalhistas e previdenciárias que proporcionem garantias e direitos aos trabalhadores referentes à saúde ocupacional.
6. Nessa perspectiva a articulação entre os sindicatos tem levado a criação de espaços técnicos de produção de saberes nesse campo, que tem sido fundamental para subsidiar a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Entre esses se destacam, por exemplo, o DIESAT e o INST da CUT.
7. Também os institutos e núcleos de investigação, existentes no interior das Universidades e de alguns órgãos do Governo, como a ENSP/FIOCRUZ tem sido presentes na pesquisa e no

desvendamento da relação trabalho/saúde, aportando importantes contribuições a uma produção interdisciplinar que tem permitido aprofundar uma visão de totalidade do problema.

8. Nesse contexto os trabalhadores da educação, por meio de seus Sindicatos tem procurado contemplar a questão, realizando estudos e debates específicos e procurando, em seus eventos conjuntos, dar sentido de unidade ao enfrentamento da questão. O exemplo mais recente disso pode ser observado na Pauta do 4º CONED onde em um de seus eixos temáticos: Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação destacou-se a discussão desse tema, com a realização de mesas e apresentação de trabalhos enfocando aspectos variados do problema. Do ponto de vista pragmático cabe, entretanto, salientar uma das suas deliberações finais, tomada por consenso na Plenária Final do Evento, assim expressa:

O 4º CONED indica a premente necessidade de que o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador – INST/CUT, juntamente com as entidades nacionais sindicais em educação, realizem, por ocasião da 2ª Conferência Internacional em Saúde Ambiental e Ocupacional (17-20/06/2002, Salvador), uma Oficina de Trabalho sobre a Saúde do Trabalhador em Educação, com os seguintes objetivos:

1 – Estruturar no INST um Grupo de Trabalho voltado especificamente para esta temática;

2 – Desenhar estratégias que conscientizem e mobilizem os trabalhadores em educação sobre esta questão de forma a que dêem suporte as ações políticas voltadas para a conquista relacionada à prevenção, promoção e assistência à saúde dos trabalhadores em educação;

3 – Avaliar e indicar intervenções no campo das políticas públicas e da legislação trabalhista e previdenciária, relativas a questão;

4 – Estabelecer um banco de dados que reúna a produção existente sobre o tema com o fim de disponibilizá-lo as entidades que venham a ocupar-se da questão;

5 – Definir linhas de investigação nessa área, organizando o desenvolvimento de estudos, no sentido de diagnosticar a realidade nacional, subsidiando as intervenções prioritárias nesse campo.

Com base em tudo isso a ANDES SN e a FASUBRA SINDICAL realizaram, no dia 14 de junho de 2002 uma Oficina de Trabalho sobre Saúde do Trabalhador da Educação que teve como objetivo:

- Discutir as bases teórico-conceituais e prático/metodológicas que orientam as análises referentes à saúde do trabalhador;
- Analisar os efeitos das reformas neoliberais sobre as políticas de saúde do trabalhador, identificando seus principais pontos de estrangulamento.
- Estabelecer relações entre o processo e organização do trabalho em educação e a saúde do trabalhador da educação;
- Levantar pontos para definição de um plano de luta articulado entre as entidade sindicais.

9. Na sequência desses eventos o ANDES SN participou na Câmara dos Deputados, em junho de 2002, do Seminário Saúde do Trabalhador, onde as questões sobre o processo de reestruturação produtiva e a privatização do seguro acidente do trabalho com seus conseqüentes efeitos sobre a saúde do trabalhador foram amplamente discutidos. Participamos, também da II Conferência de Saúde Ocupacional e Ambientais: Integrando as Américas, onde além da apresentação de vários trabalhos sobre Saúde dos Trabalhadores em Educação, o Sindicato teve a oportunidade de discutir a constituição de vários Grupos de Trabalho, em particular um específico para a área do Trabalho e Saúde em Educação.

10. Finalmente como demonstração da importância que queremos dar ao problema, seria injusto não considerar os esforços que algumas de nossas Seções Sindicais vem desenvolvendo em relação ao tema. Tais iniciativas vão desde a divulgação em seus Boletins de matérias relacionadas à questão, passando pelo trabalho de participação na constituição e funcionamento de Comissões de Saúde do Trabalhador nos locais de trabalho, avançando pelo apoio ao desenvolvimento de grupos de estudos e pesquisas e chegando até ao recurso de ação jurídica frente às administrações universitárias.

11. No momento a CUT, através do INST – Instituto Nacional de Saúde no Trabalho, com apoio do Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB, preparam o desenvolvimento de uma pesquisa nacional “Perfil e Saúde do Trabalhador Brasileiro” que deve incluir a categoria dos trabalhadores de educação. O ANDES SN tem participado das reuniões preparatórias desse estudo.

12. Frente a isso tudo não se pode negar que vimos nos ocupando da questão. O próprio GTSS/A tem pautado e discutido o tema. Todavia, é preciso, também reconhecer que a participação do conjunto do Sindicato nessa construção é ainda muito reduzida. Em todas essas iniciativas referidas tem sido pouquíssimas as Seções Sindicais que se fazem presente. Isto parece revelar que frente à magnitude dos problemas que enfrenta o Sindicato em defesa de uma sociedade mais justa, de uma Universidade pública, democrática, autônoma, socialmente referenciada, livre das imposições do mercado e de qualidade, de um exercício profissional dignificado por um plano de carreira balizado pela proposta do ANDES SN, aprovada em suas instâncias deliberativas, de um adequado programa de qualificação docente a ela associado, de mecanismos de apoio e recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a questão das condições de trabalho, vista na perspectiva da saúde do trabalhador, ainda não se constitui em prioridade para o conjunto do Sindicato.

13. Assim, parece pertinente que se questione a categoria quanto a sua consciência sobre ser a docência universitária uma atividade adoecedora e sobre sua disposição para enfrentar o problema. Não parece desproporcional, nesse quadro o desabafo de um docente quando frente a esse não se perceber coletivo e a insensibilidade dos dirigentes de nossas instituições de educação registraram que, de uma forma ou de outra os administradores ainda organizam serviços de manutenção de prédios e equipamentos, mas não se ocupam da “manutenção” dos trabalhadores, concluindo: “De coisa a gente cuida: o professor é menos que uma coisa”.

13. Para concluir duas últimas constatações: Uma publicada pela imprensa recentemente e já constatada em pesquisas nacionais: Cerca de 30 % dos professores sofrem da crise de Burnout, a síndrome psicológica crônica que retrata a tensão que vive os docentes em negar-se ao abandono do trabalho frente às dificuldades, cada vez maiores, que se lhes impõem para desenvolvê-lo com qualidade. A outra, de conhecimento de todos: O MEC depois de atrasar a instalação das mesas de negociação, embromou, desconversou e as suspendeu. A única que se quer se instalou foi a destinada a tratar da saúde e, ninguém, especificamente sobre essa particular questão reclamou.

14. Afinal que importância, *efetivamente*, queremos *todos* dar a questão?! Não merece ela constar da atualização do plano de lutas de nosso Sindicato?

TR - 9

1 – Que o ANDES SN, através do GT Seguridade Social, encarregue uma comissão para coordenar o desenvolvimento de um estudo qualitativo, de abrangência nacional, que possa ser realizado pelas próprias Seções Sindicais, com o objetivo de traçar um completo perfil das questões que relacionem o trabalho docente com as suas condições de saúde.

2 – Que as Seções Sindicais, estimulem em seus veículos de divulgação a publicação de matérias sobre a questão.

3. Que as Seções Sindicais realizem um levantamento da produção científica dos docentes das suas respectivas universidades, a fim de alimentar um banco de dados sobre o estudo da questão Trabalho/saúde.

4. Que as pauta locais de reivindicação contemplem demandas relacionadas à busca de melhores condições de trabalho, sobretudo no que respeita a preservação da saúde dos trabalhadores.

5. Que o ANDES SN ao pressionar o MEC sobre o funcionamento das mesas de negociação pleiteie a instalação da mesa referente à saúde dos trabalhadores.